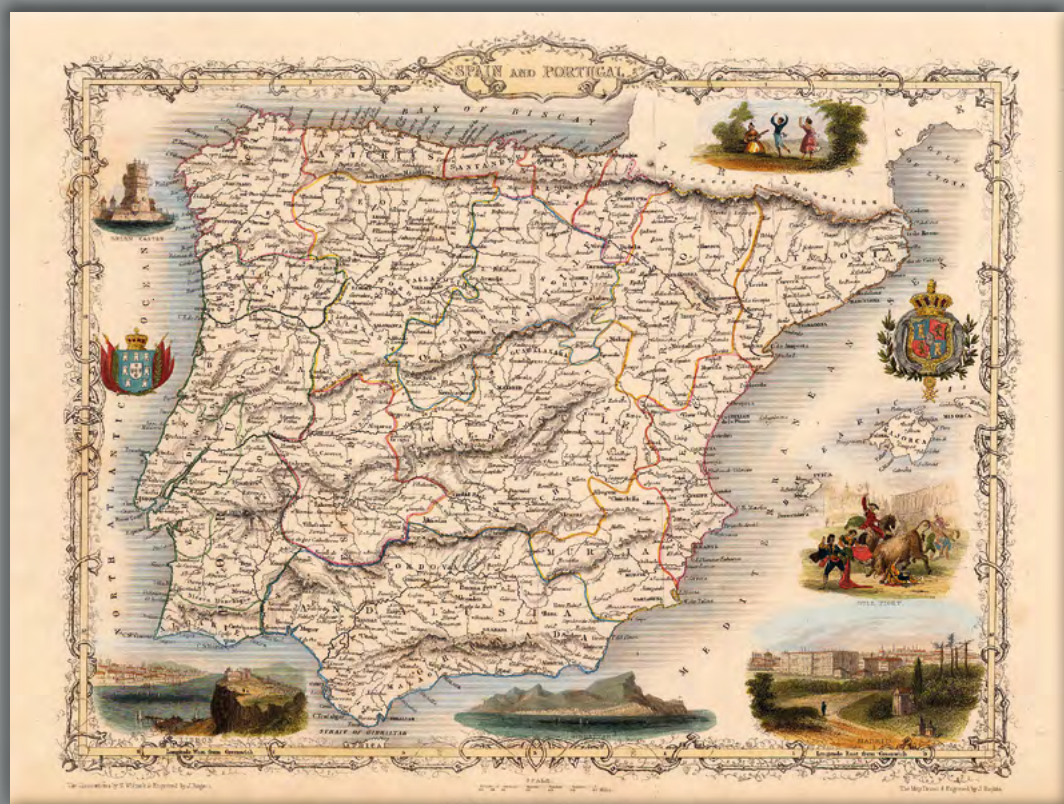


PROCESOS DE NACIONALIZACIÓN E IDENTIDADES EN LA PENÍNSULA IBÉRICA

César Rina Simón (ed.)



UNIVERSIDAD  DE EXTREMADURA

ÍNDICE

Procesos de nacionalización e identidades en la península ibérica

[PORTADA](#)

[ÍNDICE](#)

César Rina Simón (ed.)

Procesos de nacionalización e identidades en la península ibérica



Cáceres
2017

PORTADA

ÍNDICE



Cualquier forma de reproducción, distribución, comunicación pública o transformación de esta obra solo puede ser realizada con la autorización de sus titulares, salvo excepción prevista por la ley. Diríjase a CEDRO (Centro Español de Derechos Reprográficos, www.cedro.org) si necesita fotocopiar o escanear algún fragmento de esta obra.



- © César Rina Simón (ed.), para esta edición
- © De los autores, para esta edición
- © Universidad de Extremadura, para esta edición

Tipografía utilizada: Minion Pro (para cubierta), Bembo Std (para páginas iniciales) y Palatino LT Std (para el texto de la obra)

Imagen de cubierta: Título: *Spain and Portugal*. The Illustrations by N. Whittock & Engraved by J. Rogers. The Map Drawn & Engraved by J. Rapkin. Autor: R.M. Martin; J. & F. Tallis. Año: 1851. Lugar: London & New York.

Edita:

Universidad de Extremadura. Servicio de Publicaciones
Plaza de Caldereros, 2. 10071 Cáceres (España)
Tel. 927 257 041; Fax 927 257 046
publicac@unex.es
<http://www.unex.es/publicaciones>

I.S.B.N.: 978-84-9127-004-1

Impreso en España - *Printed in Spain*

Impresión: Dosgraphic, s. l.

PORTADA

ÍNDICE

ÍNDICE

	<u>Páginas</u>
Contextos y transdisciplinariedad en la renovación de los estudios ibéricos <i>César Rina Simón</i>	11
Bloque I. La nacionalización en la península ibérica	
Los metarrelatos nacionales y el retorno del nacionalismo historiográfico <i>Francisco Javier Caspistegui</i>	19
Evolución y rasgos de las historiografías de los nacionalismos en España <i>Juan Sisinio Pérez Garzón</i>	47
¿Una nación <i>invertibrada</i> o diversa? La nacionalización española en el largo siglo XIX <i>Ferran Archilés</i>	75
Comemorações e identidade nacional: o caso português <i>Maria Isabel João</i>	95
¿El <i>seny</i> o la <i>rauxa</i> ? Los espacios ideológicos del catalanismo <i>José Antonio Rubio Caballero</i>	113
Bloque II. Conflictos y convergencias en las identidades ibéricas	
Iberismos, pan-hispanismo, fronteiras: uma reflexão conceptual <i>Sérgio Campos Matos</i>	139
Comunidad histórica y conflicto nacional en el espacio ibérico: el peso de la larga duración histórica <i>Juan Carlos Jiménez Redondo</i>	153

El Iberismo como azar en la historia contemporánea de la Península Ibérica <i>Montserrat Huguet</i>	173
Miradas cruzadas: diplomacia, iberismo e identidad nacional en la península ibérica (1850-1910) <i>Ignacio Chato Gonzalo</i>	191
Límites y contextos de los iberismos en el siglo XIX <i>César Rina Simón</i>	217
Construyendo la nacionalidad ibérica en la prensa madrileña del Ochocientos. Análisis conceptual del mensaje periodístico en torno al iberismo <i>Pablo Hernández Ramos</i>	235
Uma bandeira anti-iberista: o «perigo espanhol» <i>Paulo Rodrigues Ferreira</i>	255
La contrarrevolución ibérica. De la implantación del liberalismo al salazarismo y el franquismo <i>Javier Esteve Martí</i>	273

Bloque III. Perspectivas antropológicas sobre el espacio y la frontera

Fronteiras, cultura e práticas do quotidiano: perspetivas a partir da antropologia <i>Maria de Fátima Amante</i>	293
Das unidades de análise no estudo das fronteiras: escalas de um caso ibérico <i>Paula Godinho</i>	309
La frontera como ficción: una aproximación a las geografías literarias de Silvio Santiago <i>María Lois Barrio</i>	325

Bloque IV. Literatura, narrativas y lenguajes audiovisuales

Los Estudios Ibéricos como estudios literarios: algunas consideraciones teóricas y metodológicas <i>Santiago Pérez Isasi</i>	347
---	-----

<p>Sobre la encrucijada ideológico-estética del modernismo y la vanguardia en la península ibérica: el caso de la revista <i>Contemporânea</i></p> <p><i>Antonio Sáez Delgado</i></p>	<p>363</p>
<p>Bautizar la utopía: Iberia como solución catalana a España</p> <p><i>Jesús Revelles Esquirol</i></p>	<p>373</p>
<p>Portuguesismos em cena: Representações da história de Portugal no teatro galego</p> <p><i>Iolanda Ogando González</i></p>	<p>385</p>
<p>La Revolución de los Claveles vista a través de Televisión Española (Abril de 1974-abril de 1976)</p> <p><i>Virginie Philippe</i></p>	<p>403</p>
<p>Transición y democracia del sector audiovisual en la Península Ibérica: un recorrido por la regulación televisiva de España y Portugal (1975-1990)</p> <p><i>José Manuel Moreno Domínguez</i></p>	<p>427</p>

DAS UNIDADES DE ANÁLISE NO ESTUDO DAS FRONTEIRAS: ESCALAS DE UM CASO IBÉRICO¹

PAULA GODINHO

«Il s'agit de voir *tout ce dont la frontière est le lieu*: autant ce qui se passe dans cette situation-là –situation limite, voire liminaire– que ce qui vient de “dehors” à cette occasion, arrive là et vient en plus, pour bousculer l'ordre identitaire en place»².

1. INTRODUÇÃO

Numa das suas digressões pela fronteira, em 1947, o antropólogo Jorge Dias, fundador da moderna antropologia portuguesa, encontrou um objeto de pedra que estava a ser usado para lavar roupa, na aldeia raiana portuguesa de Vilarelho da Raia, no concelho de Chaves. Estranhando-o, averiguou e verificou que era um metate, moinho usado pelos Incas e Astecas, antes da chegada dos europeus à América. Contaram-lhe que trinta anos antes, um homem de Rabal, aldeia galega a duzentos metros de Vilarelho, ia a esta aldeia fazer chocolate. Moía o grão do cacau, com auxílio de um rebole de pedra, misturava açúcar, manteiga e enformava em placas, vendidas depois pelas aldeias portuguesas das imediações³. Um objeto proveniente da América pré-colombiana, num povoado português da fronteira, incita à reflexão sobre movimentos de gente, de coisas, de ideias, no espaço, em processos longos. Este artigo de Jorge Dias torna intrigante a relação dos lugares e do tempo com o mundo, e questiona um objeto tardio da antropologia: a fronteira. Se o cerne da antropologia é a cultura, como compreendê-la na fronteira, circunscrevendo-a no espaço e no tempo? Ou seja, como aplicar ali uma prescrição que é ensinada nas aulas de métodos em antropologia: criar uma unidade de análise demarcada? Como abordar realidades e comportamentos que transbordam do formato pequeno e delimitado, para que a antropologia nos preparou?

A fronteira é um objeto complexo, onde se cruzam cinco dimensões, que remetem para escalas diversas: (1) realidades locais, relativamente circunscritas: as aldeias e as

¹ A reflexão a que este texto se reporta deve muito ao projeto «Cooperación transfronteriza y (des)fronterización: actores y discursos geopolíticos transnacionales en la frontera hispano-portuguesa», coordenado por Heriberto Cairo Carou na Universidade Complutense de Madrid (2013-2016), Plan Nacional de I+D+i del Ministerio de Educación y Ciencia de España.

² Michel AGIER: *La condition cosmopolite*, Paris, La Découverte, 2013, p. 118.

³ António Jorge DIAS: «Um “metate” em Vilarelho da Raia», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XII, fasc. 1-2, pp. 1-6.

idades próximas, com as respetivas relações; (2) os fluxos que as cruzam, que podem ser ou não alheios aos lugares da fronteira; (3) as redes que se estabelecem e que percorrem o mundo, centradas em pessoas, frequentemente regionautas que estendem o seu raio relacional e de ação; (4) os reflexos locais das construções políticas, sociais e culturais que se expressam pelas nações (sub-estatais ou integradas num Estado-nação); (5) as decisões políticas que abrangem dois ou mais Estados-nação, ou provindas de níveis supra-nacionais –como a União Europeia, por exemplo– com impacto local.

Na mesma aldeia em que Jorge Dias se surpreendera, a partir de uma etnografia assente na memória, que requer escalas diversas, interrogo neste texto um acontecimento, ocorrido em 1939, que determinou uma rutura na existência comum e um corte nas vidas de um conjunto de famílias. Complexificando a perspetiva sobre as fronteiras como periferias, encaro-as como centros de relações, em que os limites nacionais são um recurso acrescido nas práticas locais, integrado como argumento pelos habitantes locais. Através da produção duma cultura de orla⁴, entre processos globais e lógicas locais, comunidades face a face e comunidades imaginadas⁵, aborda-se um momento em que processos macro afetaram drasticamente o nível micro.

Numa obra recente, Michel Agier incitava à ancoragem da realidade na fronteira, interstício pautado pela liminaridade, que integra o que vem de fora para desordenar a ordem identitária num lugar⁶. Contudo, a produção antropológica em torno das fronteiras foi longamente uma oportunidade perdida⁷. Numa ciência que refletia acerca dos limites simbólicos –tendo a fronteira como metáfora– fora escassa a ênfase nos limites jurídico-políticos⁸. Num trabalho publicado em 1921, Arnold van Gennep, que muito produziu sobre ritos de passagem e limiares, remetia a demarcação de um território para a primordialidade do seu valor emblemático: é necessário saber onde termina, para que adquira plenitude simbólica⁹. Apesar deste alerta pioneiro, a ciência antropológica naturalizara o tratamento das unidades sociais como totalidades, com uma cultura partilhada e consensual, com limites espaciais, dentro dos quais cada povo tinha o seu domínio, como é evidenciado na amostra universal de Murdock, de 1957. Conquanto nos últimos 500 anos praticamente todas as culturas do mundo tivessem sido atingidas pelos efeitos da expansão europeia, os antropólogos habituaram-se a um conjunto de casos isolados¹⁰. A cultura serviu para traçar fronteiras, dentro das quais tudo devia ser coerente, estruturado e previsível, como se homens e mulheres, jovens e velhos, chefes e subordinados, patrões e operários

⁴ Paula GODINHO: «Oír o galo cantar dúas veces». *Identificacións locais, culturas das marxes e construción de nacións na fronteira entre Portugal e Galicia*, Ourense, Imprenta da Deputación, 2011.

⁵ Benedict ANDERSON: *Imagined Communities*, London/New York, Verso, 1991 [1983].

⁶ Michel AGIER: *La condition cosmopolite...*, op. cit., p. 118.

⁷ T.M. WILSON y H. DONNAN (eds.): *Border approaches. Anthropological perspective on Frontiers*, Lanham, University Press of America, 1994, p. 27.

⁸ Bjorn THOMASSEN: «Border Studies in Europe: Symbolic and Political Boundaries. Anthropological Perspectives», *Europaea – Journal of the Europeanists*, II.1, 1996.

⁹ A. VAN GENNEP: *Traité comparative des nationalités*, Paris, Editions du CTHS, 1995 [1921], p. 151.

¹⁰ Eric WOLF: *Europe and The People Without History*, Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1982.

exprimissem continuamente a sua pertença a uma globalidade, além das clivagens, mesmo sem o saberem¹¹.

Fredrik Barth revolucionou o estudo dos grupos étnicos e das fronteiras, ao argumentar que é possível atravessar e manter relações regulares através das fronteiras, sem as eliminar¹². Estes grupos são constituídos por indivíduos que manipulam estrategicamente a sua identificação cultural, exaltando-a ou escondendo-a de acordo com o momento e o contexto. Assim, cada fronteira deve ser conhecida de dentro e de fora, em simultâneo, pois constitui o resultado de um duplo processo.

O conceito de *comunidade imaginada* –não necessariamente inventada ou falsa–, cunhado por Benedict Anderson, refere-se a uma unidade limitada e soberana, cujos membros na sua maioria nunca se conhecerão nem ouvirão falar uns dos outros, mas entre os quais existe uma ideia de comunhão¹³. Limitada, porque tem fronteiras definidas, ainda que elásticas, para além das quais estão outros, e porque não aspira a albergar toda a Humanidade. Soberana, já que na época em que surgiram, o Iluminismo e a Revolução haviam destruído a legitimidade dinástica hierárquica e de ordem divina, e as nações aspiravam a serem livres, constituindo o Estado soberano o garante e emblema dessa liberdade¹⁴.

Na abordagem das várias escalas detetadas nas fronteiras, destacam-se dois trabalhos fundadores, realizados no contexto europeu e assentes em etnografias que demonstram como os registos temporais e espaciais unem as comunidades locais e os Estados. *The Hidden Frontier*, de Eric Wolf e John Cole, foi publicado em 1974 e aborda duas aldeias do Tirol com processos culturais, históricos e produtivos distintos, que passaram a integrar o Estado italiano em 1939, chamando a atenção para a necessidade de entender os processos locais a partir igualmente das influências exteriores. Numa aproximação à criação das nações num contexto rural, os autores inserem os limites locais num âmbito mais vasto e num processo histórico. *Boundaries: The Making of France and Spain in the Pyrenees*, de Peter Sahlins, foi publicado em 1989. Centra-se na Cerdanya, e pretende olhar a história a partir da periferia, entre França e Espanha, nos Pirenéus¹⁵. Interroga como se apropriam os indivíduos das suas fronteiras e das suas identidades, para as usarem contra ou em colaboração com centros políticos longínquos, numa zona em que o limite entre dois Estados-nação se confronta com uma nação sub-estatal, a Catalunha. Os trabalhos de Cole e Wolf, e de Sahlins demonstram a importância da perspetiva da fronteira na antropologia política, através do papel desempenhado pelas populações raianas na diplomacia e na política, permitindo igualmente enviesar a posição quanto às periferias.

Num debate recente, centrado nas «zonas de refúgio», James C. Scott afirma que os grupos étnicos não existem naturalmente, constituindo o resultado de um processo criativo humano e de um projeto político, em consequência do diálogo e

¹¹ Alban BENZA: *La fin des exotismes*, Toulouse, Anarcharsis, 2006, p. 125.

¹² Fredrik BARTH (ed.): *Ethnic groups and Boundaries*, Boston, Little Brown, 1969, p. 15.

¹³ Benedict ANDERSON: *Imagined Communities*, op. cit.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ Peter SAHLINS: *Boundaries: The Making of France and Spain in the Pyrenees*, Berkeley, University of California Press, 1991.

da competição com outros grupos étnicos ou Estados. Invertendo o modelo comum, defende que cada etnicidade tem um povo, ou seja, a invenção de um grupo étnico é o resultado de um propósito político, tendo os Estados várias modalidades para as fabricar, numa espécie de «kit do-it-yourself». Ao contrário do que detetara Barth em 1969, defende que os grupos não permanecem idênticos ao passarem fronteiras, mas adaptam-se de modo elástico, podendo mudar num curto período em contacto próximo com outros grupos. O conceito de *cultura de orla*¹⁶, que desvanece a questão dos grupos étnicos, ganha conteúdo a partir deste debate entre a clareza da oposição «nós»/«eles», com uma plasticidade que se adequa às necessidades, conjunturas e contextos.

Com base num trabalho de terreno que implicou a consulta de arquivos centrais e locais, e que envolveu estadias além de uma linha e das relações ali estabelecidas, podem ser ilustrados os cruzamentos correntes dos habitantes da zona da fronteira entre o norte de Portugal e a Galiza. Devido à divisão disciplinar a que se assistiu no século XIX, as várias áreas do saber repartiram desigualmente entre si os diferentes domínios materializados em disciplinas e especialidades, o que conduziu a uma atomização da relação dos saberes com a realidade. O desafio metodológico feito por um trabalho na fronteira, em resultado de um objeto que é compósito, remete-nos para uma desejável promiscuidade disciplinar, que envolva a antropologia, a história, a geografia, a ciência política, a filologia, a sociologia. Na fronteira, não basta estar lá ou calcorrear; há que cruzar, que fazer o caminho a andar, com paragens e recurso a ferramentas variadas.

A etnografia sobre a qual assenta este texto desenvolveu-se em duas vertentes, uma dilatada, no tempo e no espaço, e outra intensiva. Assim, procedeu-se a um levantamento numa área em torno da linha de fronteira e a uma abordagem intensiva das relações entre um conjunto de povoações, com estadias de terreno descontínuas entre 1986 e 2015, recolhendo elementos através de entrevistas e de consulta de arquivos locais, públicos ou particulares

Pelo papel desempenhado na origem e no desenvolvimento dos Estados, bem como nas relações entre estes, certos eventos só podem ocorrer nas fronteiras¹⁷. Entre o norte de Portugal e a Galiza mantiveram-se áreas ambíguas até há 150 anos, numa fronteira que era mais zonal que linear. A partir dos centros, era confusa, mista, promíscua. Foi acertada pelos Estados através do Tratado de Lisboa de 1864, no qual 23 dos 31 artigos estabelecem o traçado, e 15 destes são ajustamentos fronteiriços entre o norte de Portugal e a Galiza. Assim, mais de 2/3 dos arranjos dizem respeito a esta zona, sobretudo quanto ao Couto Misto –enclave constituído pelos *pobos* de Rubiàs, Santiago e Meaus– e às aldeias de Soutelinho da Raia, Cambedo da Raia e Lamadarcos, cruzadas pela linha delimitadora e denominadas no séc. XIX «povos promíscuos»¹⁸. A história, a língua e as sociabilidades locais dão luz a uma realidade

¹⁶ Paula GODINHO: «Oir o galo cantar duas vezes»..., *op. cit.*

¹⁷ T.M. WILSON y H. DONNAN (eds.): *Border Identities: Nation and State at International Frontiers*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998, p. 4.

¹⁸ Paula GODINHO: «Discursos palacianos e resistências locais: o Tratado de Limites entre Portugal e a Espanha de 1864», em Paula GODINHO, Heriberto CAIRO CAROU e Xerardo PEREIRO (eds.):

que se desdobrou no tempo, com a coexistência entre as populações locais ajustada através de modalidades que alternaram entre o contencioso e a colaboração, além ou contra a alçada dos Estados e das normas delineadas, em que os povos intervieram no processo de fronteirização ou desfronteirização¹⁹.

2. QUESTÕES DE ESCALA

Escrevem os dicionários que uma escala é uma graduação, uma categoria. Nos mapas, relaciona a distância real com a figurada, e nos desenhos ou nos planos, co-relaciona a medida com a do real representado. Na música, é uma série de notas que sobem ou descem, indicando sons ascendentes ou descendentes. Numa imensa polissemia, constitui também uma forma de subir ou de assaltar, uma paragem de um navio ou de uma aeronave para carga ou descarga. Num trabalho que assenta, sem monomanias disciplinares, numa abordagem antropológica das fronteiras, existe uma relação entre unidades de análise pequenas e circunscritas, abordadas com grande pormenor e densidade descritiva, e a necessidade de recobrir maiores dimensões, com menor detalhe. O uso do microscópio para o infinitamente pequeno, com etnografia aprofundada, tem como contraponto as lentes do astrónomo, que recolocam num sistema²⁰.

A primeira modalidade, concretizada através de uma estadia de campo, alongada no tempo, num lugar delimitado –um sítio antropológico– permite aceder às particularidades locais ou de um âmbito restrito, constituindo uma forma de evidenciar as pressões externas num nível localizado. A segunda perspetiva implica as tendências gerais de âmbito translocal, com o local em formato comparativo. Estas escolhas transportam consigo uma história, fundamentada no próprio percurso disciplinar da antropologia.

A noção de comunidade, que resumiu num tempo longo a dimensão do confinamento dos indivíduos, pressupõe um grupo de pessoas com algo em comum, que o distingue dos membros de outros grupos. A sua descredibilização como objeto de estudo, apresentadas como pequenas, homogêneas e auto-suficientes²¹, *part societies with a part culture* na linha de Kroeber²², não acarretou uma idêntica desconsideração como unidade de análise.

Para Tönnies, fora associada a um conjunto geográfico bem definido, a aldeia, o local das relações pessoa a pessoa²³. Pressupunha uma noção igualitária, obscurecendo o discurso acerca das diferenças e privilegiando o de identificação entre os variados

Portugal e Espanha – Entre discursos de centro e práticas da fronteira, Lisboa, Colibri, 2009, pp. 73-92; IDEM: «Oír o galo cantar duas veces»..., *op. cit.*; Paula GODINHO y Heriberto CAIRO CAROU: «El Tratado de Lisboa de 1864: La Demarcación de la frontera y las Identificaciones Nacionales», *Historia y Política*, 30, 2014, pp. 23-54.

¹⁹ Peter SAHLINS: *Boundaries: The Making of France...*, *op. cit.*

²⁰ Paula GODINHO: «Oír o galo cantar duas veces»..., *op. cit.*

²¹ Robert REDFIELD: *The little Community*, Chicago, University of Chicago Press, 1955; IDEM: *Peasant Society and Culture*, Chicago, University of Chicago Press, 1956.

²² Alfred KROEBER: *Anthropology*, New York, Harcourt, 1948.

²³ F. TÖNNIES: *Community and Association*, London, Routledge, 1955 [1857].

sectores sociais que utilizam um mesmo território²⁴. Entendida a partir de Tönnies, de Maine, de Weber, de Durkheim ou de Redfield, a comunidade estabelecia um *continuum* entre dois polos, ainda que designados diferentemente: comunidade/sociedade; *status*/contrato; relações sociais comunais/associativas; solidariedade mecânica/orgânica; rural/urbano²⁵. De um lado, estava a comunidade com as suas relações chegadas, inatas, emocionais, concretas. Do outro, a «sociedade», com relações adquiridas, contratuais, racionais, abstratas²⁶.

A percepção dos fluxos conduziu a uma enfática apreciação dos movimentos de pessoas, de bens, de capitais, de informação, de ideias. O objeto privilegiado da antropologia parecia territorializado, marcado por fronteiras espaciais. A desterritorialização era apontada como a chave para entender os processos atuais, com a distância constituindo uma função do tempo, e a proximidade uma função de interesses partilhados. Pensar as relações entre o local e o global coloca uma espécie de paradoxo já que as designações «global» e «local» são entendidas como se constituíssem segmentos numa escala que caracterizasse uma parte, mas não o todo, das medidas que poderiam ser utilizadas²⁷.

As sociedades e as culturas constituíam partes de sistemas mais vastos, antes do advento do capitalismo, embora este tenha globalizado ainda mais as trocas²⁸. A aldeia, a região, a nação ou um espaço transnacional não podem ser apreendidos nas mesmas condições nem dar lugar ao mesmo tipo de raciocínio. Na sua leitura da economia-mundo de Immanuel Wallerstein, Eric Wolf demonstrou que o reconhecimento das populações do globo deve ser feito em interação e não isolando-as: uma história analítica tem de transcender uma cultura, uma nação, uma área cultural ou um continente, durante um período de tempo. No epílogo, Eric Wolf reforça a asserção de que a humanidade é constituída por um conjunto de processos interconectados, conquanto algumas investigações dissimulem a sua totalidade. É assim com conceitos como o de nação, sociedade ou cultura, que só podem ser entendidos se recolocados nos campos de que são abstraídos²⁹.

Torna-se difícil olhar para uma cultura como um sistema fechado ou uma forma de auto-perpetuação de formas de vida. Esta perspetiva não implica que a construção da sociedade como totalidade signifique pôr à distância as práticas que distanciam os grupos no seu interior. Decididamente metonímico, o argumento que assimila sem ambiguidades a parte ao todo não introduz uma reflexão sobre as incidências empíricas e teóricas das variações de escala³⁰. A aldeia, a região ou a nação encobrem no seu interior divisões de classe (ou grupo social), género, idade, etc., conquanto pos-

²⁴ José María VALCUENDE DEL RÍO: *Fronteras, territorios e identificaciones colectivas. Interacción social, discursos políticos y procesos identitarios en la frontera sur portuguesa*, Sevilla, Fundación Blas Infante, 1998, p. 219.

²⁵ Susana NAROTZKI: *La antropología de los pueblos de España*, Barcelona, Icaria, 2001.

²⁶ *Ibidem*, p. 41.

²⁷ Marilyn STRATHERN (ed.): *Shifting Contexts – Transformations in Anthropological Knowledge*, London, Routledge, 1995, p. 177.

²⁸ Eric WOLF, *Europe and The People Without History...*, *op. cit.*, p. X.

²⁹ Eric WOLF: *Europe and The People Without History...*, *op. cit.*

³⁰ Alban BENSA: *La fin des exotismes...*, *op. cit.*

sam ser apresentadas como corpos homogéneos. Os fluxos e as unidades de pesquisa abertas parecem ser as únicas formas de apreender na sua dialética os quotidianos vividos e os momentos de rutura.

3. CONIVÊNCIAS TRANSFRONTEIRIÇAS: O REGISTO LOCAL, ENTRE ACONTECIMENTO E TRAGÉDIA

Numa obra seminal, Reinhart Koselleck recorda que no mundo, num único momento, juntam-se muitos e inumeráveis tempos³¹. O tempo histórico está vinculado a unidades políticas e sociais da ação, a gente concreta que atua e sofre, às suas instituições e organizações. Não há, assim, um tempo histórico mas muitos tempos sobrepostos –que remetem igualmente para diversas escalas no domínio espacial–.

Inscrita na vida da fronteira e na familiaridade entre os dois lados, a distribuição dos dois santos padroeiros de Vilarelho (Chaves, Portugal) e Rabal (Oimbra, Espanha), povoações-espelho localizadas a 200 metros entre si, é um indicador das relações de fronteira. A povoação portuguesa tem como padroeiro Santiago –o apóstolo venerado em Compostela–, enquanto Rabal tem no seu panteão Santo António, o popular santo lisboeta. Não se tem notícia do momento de adscrição de cada santo ao panteão respetivo, intercambiando os respetivos países de veneração. Localizadas em plena veiga de Chaves-Verín, separadas por 200 metros, é difícil entender na própria paisagem o desenho da fronteira. As relações entre as duas aldeias intensificavam-se nos Invernos em que o rio Tâmega impedia o contacto da população galega com outras do mesmo país. São legíveis nos relatos recolhidos e na documentação consultada os indícios da convivência longa: o predomínio da agricultura numa zona fértil, o interconhecimento, o comércio legal e clandestino, os formatos de entreajuda e conflito. Neste texto, cinjo-me a um episódio, pautado pelo sofrimento e pelo trauma, ocorrido justamente aquando da celebração da festa patronal de Vilarelho da Raia, no dia 25 de Julho de 1939, que ficou inscrito como acontecimento na memória coletiva de galegos e portugueses³².

Nesse dia do verão que se seguiu ao final da guerra civil, numa festa que coincidia com as mais importantes cerimónias religiosas da Galiza, a povoação de Vilarelho da Raia celebrava o seu padroeiro, Santiago. Como habitualmente, a mordomia da festa contratara gaiteiros galegos para o baile. O grupo de gaiteiros para o arraial viera de Casas dos Montes, aldeia vizinha. O baile tinha lugar num lameiro que cruzava a linha de fronteira. Estava animado, com os pares que dançavam, os assistentes e os feirantes, que se aglomeravam nas imediações. Embora fosse habitual a participação de músicos da Galiza nas festas das povoações de fronteira, bem como a circulação de pessoas, o cabo da Guarda Fiscal interveio e proibiu os gaiteiros de tocarem em território português, invocando que o faziam sem autorização. Não sendo possível demover o agente da autoridade, habituados a lidar com os limites dos Estados, os

³¹ Reinhart KOSELLECK: *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*, Barcelona, Paidós, 1983 [1979], p. 14.

³² Paula GODINHO: «Fronteira, ditaduras ibéricas e acontecimentos localizados – O manto espesso de silêncio sobre dois momentos», em Manuela CUNHA e Luís CUNHA: *Interseções Ibéricas – Margens, passagens e fronteiras*, Lisboa, 90 Graus, 2007, pp. 55-70.

mordomos decidiram pedir aos músicos que se posicionassem do lado galego a tocar, já que o lameiro atravessava a linha de fronteira, continuando o baile do lado português. Se a fronteira servira como argumento, também podia ser usada como um recurso.

Incitado por um falangista, um carabineiro do posto de Rabal pretendeu igualmente impedir o baile, alegando que os gaiteiros não podiam tocar em Espanha para que os portugueses dançassem em Portugal. Resistindo à arbitrariedade dos delegados dos Estados centrais, que interditavam a festa local, os rapazes locais terão apedrejado as autoridades. O carabineiro, que impedira o arraial de prosseguir, disparou para o ar. No meio de grande confusão, os jovens portugueses conseguiram desarmá-lo e entregaram a arma ao cabo da Guarda Fiscal, tentando evitar maiores danos. Este devolveu-a ao seu congénere espanhol que, transposta a linha de fronteira, atirou sobre os vilarelhenses, com funestas consequências.

Ramona era então uma jovem de dezassete anos que vivia em Rabal, a duzentos metros de Vilarelho. Tinha feito um vestido novo para ir à festa, como de costume. Mirava-se no espelho quando ouviu os tiros:

«Eu lembra-me disso. Estaba para sair à festa, se formou a zaragata. Hoube um de la que no quiso a musica e puxeram-no do lado daqui, na Espanha, e então a guardia daqui e si tornou a ir para alá e então deu a zaragata mais grande. Foi quando houve o tiroteio. Era costume ir à festa, estávamos para sair à festa, moitas gentes estavam lá e escapou por ali fora por onde puiden, foi um tiroteio muito forte»³³.

Teresa da Conceição era mais nova e estava no baile, com dois irmãos pequenos:

«Corri para casa e disse: “Oh mãe, que andam para ali aos tiros e está ali a Olímpia e o mano!”. A minha mãe começa a gritar e mete-se assim atrás da parede e corre, corre. A minha irmã estava com o meu irmão assim deitados atrás de uma parede»³⁴.

Uma outra entrevistada, então com quatro anos, tratou de salvar o irmão de dois:

«Eu fui esperta, porque aquilo começou aos tiros –os guardas aqui do quartel para lá também, e lá começou aos tiros também– e eu trazia um irmão com dois anos, e eu trazia-o comigo. (...) Aquilo, só se via gente a fugir, e mais nada, e eu agarrei então no meu irmão e trouxe-o. Nós tínhamos lá rachas de lenha, as portas estavam fechadas, e eu meti-me escondidinha atrás das rachas e eu sentia as balas assim a soar e as pessoas a fugir. Aquilo, um terror. Eu estava nem capaz de falar, só não o deixava chorar, assim caladinhos, estávamos ali como na missa ou ainda mais. Os meus pais andaram então a saber de nós, porque, claro, não aparecíamos. E depois lá vieram para casa e lá estávamos nós donde às rachas. Nasceu-lhes uma alma nova»³⁵.

Também Teresa de Jesus recorda o susto que passou, devido a um irmão pequeno:

«Ainda deixei um meu irmão ao pés de uma senhora que tinha uma tasca, uma coisinha a vender doçaria e bebidas, para ganhar algum. (...) Ele só tinha dois anos, o

³³ Ramona Salgado, 79 anos, Rabal, entrevista em agosto de 2001.

³⁴ Teresa da Conceição, comerciante em Chaves, nascida em 1926, Vilarelho da Raia, entrevistada em 2003.

³⁵ Aida Amorim, nascida em 1935, Vilarelho da Raia, entrevistada em 2001.

garoto só tinha dois anos, mas eu ouvi aqueles tiros todos, olhe, fugi. Fugi, ao chegar aqui encontrei-me sem ele, olhe, pelo meio destes tiros todos, lá vou eu, ao lugar donde o deixei. Sujeita a morrer, claro, mas matavam-me se aparecesse aqui sem o garoto. Depois, se vou a casa da mulher, primeiro, já me livrava de ir pelo meio daquele tiroteio todo, lá. Mas não fui, não fui a casa da mulher. Eu fui com aquela cegueira, fui ter lá onde o tinha deixado, sozinha, a correr. Depois, quando cheguei lá já lá não estava ninguém. Andava aquele reboço, aquele barulho ainda por ali, mas já não estava lá a mulher. A mulher trouxe as coisinhas dela e trouxe-me o garoto»³⁶.

Uma comerciante correu pelos filhos:

«O tiroteio que houve antes disso veio ter aqui ao povo e eu trazia um filho ali na rua (...). Mas na loja, só estava eu e umas espanholas, eu estava a pesar bacalhau e sabão e enquanto fui e não, olhe, viste-as! Não pagaram. Desataram a fugir, fiquei eu a perder. Eu antes quis apanhar o filho. [O cabo da GF] naquele tempo já era com-padre meu. Esteve aí muito tempo solteiro, e depois baptizei um filho e foram eles os padrinhos, desde que se ele casou. Casou com uma rapariga de Vila de Frade, mas depois fizeram-no sair daqui»³⁷.

Devido à festa e ao som dos tiros anteriores, concentrara-se uma pequena multidão. Um jovem morre a 14 metros da raia e são feridos um seu irmão, um criado de lavoura da sua casa e outro vizinho:

«O que morreu era António Daira da Silva, ainda era parente. Eu posso-lhe contar do princípio o que sei. Eu vi aquele senhor na coroa do lameiro, porque a guerra toda foi porque os de lá queriam o gaiteiro em Espanha e os daqui queriam-no em Portugal. Mas depois resolveram tentar aquilo e puseram-no na raia, mas mesmo assim os de lá não ficaram quietos, começaram a armar barulho. (...) Ao chegar o fundo do lameiro, apanhou o tiro, e não apanhou só ele. Ele, um criado, e depois um senhor que lhe chamavam o Sebastião Palhetas, apanhou numa perna. Outro irmão dele também apanhou, mas não estou bem certa em que lugar foi. Mas ele foi, salvo seja, no peito, e furou-o até às costas, ao tal Totó»³⁸.

Uma afilhada do jovem então morto recorda sentidamente:

«Lembro-me que levaram o meu padrinho para o pé da casa do meu pai, que é numa rua que vai para baixo. Puseram ali um liteiro no chão, e deitaram-no ali, e depois lembro-me de andar uma mulher, que hoje sei quem é, mas na altura não sabia, que era uma garota. Era a namorada dele e estava com um algodão a molhar-lhe os lábios. Sei-no agora, mas na altura não, que era uma criança. Depois, então, deu o último suspiro. (...) O meu padrinho era novinho, nem sei se tinha vindo da tropa se ainda estava na tropa. E a casa era riquíssima, era das melhores casas da aldeia em terrenos. O meu padrinho, coitadinho, lá morreu, os outros lá se seguraram, mas aquilo foi um horror»³⁹.

Um guarda-fiscal, então de serviço noutra local, lembra o que ouviu:

³⁶ Teresa de Jesus Silva, 75 anos, Vilarelho da Raia, entrevistada em 2001.

³⁷ Laurinda Baptista Peixoto, 90 anos em 2001, antiga comerciante, Vilarelho da Raia.

³⁸ Teresa de Jesus Silva, 75 anos, Vilarelho da Raia, entrevista em 2001.

³⁹ Aida Amorim, nascida em 1935, Vilarelho da Raia, entrevista de 2001.

«O rapaz que morreu era da minha idade. O Totó era António Amorim. Foi ferido um criado. Um irmão, que era meio coiso, ajudou a matar o carabineiro, viu que ele estava ferido e ajudou matá-lo com uma pedra em cima. Era o que era comandante do posto aqui de Rabal, que deu ordem, e que eles não obedeceram. Primeiro, a verdade diga-se, foram os culpados, que não obedeceram. Era proibido tocar de cá, os guardas não deixaram, puseram-no do lado de lá. De lá, os carabineiros meteram-se e daqui começaram, e dali oh!oh! e com os tiros é que o mataram, mas eles é que não obedeceram, também foram culpados, porque não obedeciam»⁴⁰.

O comandante do posto de Guarda Fiscal resolveu intervir, enquanto os jovens vingavam António José Daira Amorim, morto durante o tiroteio. Desarmam o carabineiro, disparam contra ele, e continuam a investir contra o seu cadáver. Feriram também o filho, enquanto os gaiteiros fugiam e o falangista que instigara era atingido numa mão.

«Os de Vilarelho foram de roda, de roda, de roda, esmagaram-no com pedras, o carabineiro –era carabineiro o que disparou. Foram de roda, de roda, não sei lá como fizeram, mataram à pedra»⁴¹.

Após o tiroteio, a revolta dos vilarelhenses pelos acontecimentos atingira o rubro, levando-os em perseguição dos responsáveis espanhóis, mesmo em território estrangeiro:

«Ao Crendes ainda o puseram atrás de uma parede e carregaram-no de pedras. Numa propriedade nossa. Atiraram com ele por trás de uma parede e puseram-lhe pedras em cima, pois claro, estavam... Aqui foi uma esterqueira que fizeram, mataram e feriram três»⁴².

O cadáver do guarda espanhol ficaria várias horas sem ser removido, pelo medo que os seus colegas tinham de fazer a evacuação, atendendo aos ânimos do lado vilarelhense.

«Também mataram um carabineiro, também lhe fizeram muitas desfeitas. Também não lhe deviam ter feito o que fizeram, estavam enraivados. Depois, os daqui, claro, um ficou sempre a mancar. Era um senhor daqui, chamavam-lhe o Sebastião, era daqui também, mas calhou, pronto. Outro, chamavam-lhe o Maneta, também levou com uma bala»⁴³.

Em Portugal, após a debandada dos soldados da Guarda Fiscal, foi uma força do Exército providenciar a retirada do cadáver e dos feridos portugueses, enquanto um mediador transportaria o morto espanhol para Rabal. Era um homem de origem galega, meeiro com vários aldeões portugueses, tolerado pelas autoridades.

Durante algum tempo, um cordão de guardas-fiscais ao longo da fronteira, que ficou a ferro e fogo, denunciava a crise e prevenia o revanchismo. Se o que havia sido comum em relação ao contrabando era a apreensão da carga, são vários os relatos

⁴⁰ João Lopes Filipe, GF reformado, 86 anos em 2001, Vilarelho da Raia.

⁴¹ Glória Valenças, nascida em 1924, Cambedo da Raia.

⁴² Teresa de Jesus Silva, 75 anos em 2001, Vilarelho da Raia.

⁴³ Aida Amorim, nascida em 1935, Vilarelho da Raia, entrevista de 2001.

que referem, então, um agravamento dos procedimentos⁴⁴. Guardas-fiscais e guardias civis teriam atirado sobre um rapaz que transportava uma pequena carga:

«Se nós fôssemos, prendiam-nos. (...) Eu e a senhora Emília fomos lá buscar apenas um pão e açularam-nos um cão e atiraram três tiros para o ar. A gente ia lá, mas com muito, muito medo. A fronteira depois ficou assim por dois ou três anos, passava-se mas com dificuldade. Depois continuou a ser a gente toda amiga, porque éramos muito amigos. O que morreu nem era dali, estava ali de serviço. Foi o que valeu. Porque quando havia um incêndio em Rabal, eram os de Vilarelho que iam apagar, quando havia em Vilarelho, eram os de Rabal... Foram sempre amigos. Há qualquer coisa lá para Rabal e... Éramos todos amigos, Vilarelho, Rabal, Mandín, mas depois naquela altura ficou tudo mal»⁴⁵.

Após este momento, foram desautorizados os elementos da Guarda Fiscal, o cabo foi transferido e a vigilância do lado português seria reforçada por representantes do Estado central provenientes de Chaves, enquanto em Rabal se instalaram carabineiros provindos de Verín. Simultaneamente, cresce a prepotência dos agentes estatais, de um e outro lado da fronteira, que tornaria o contrabando uma actividade de riscos sumamente acrescidos, nos anos seguintes.

4. A CONJUNTURA: O TEMPO DO MUNDO E AS ESCALAS DA REALIDADE

A guerra em Espanha tinha acabado há poucos meses. Esta fronteira, mercê de contactos longos, continuava a ser um local de passagem temido. Logo a partir do início de Agosto de 1936, face à escalada de terror que os golpistas perpetraram logo nos primeiros dias, muitos republicanos haviam procurado refúgio do lado português. O Estado português apoiou a sublevação franquista, e, numa ótica centralista, a fronteira aparentemente tornou-se num muro. A assinatura do designado «Pacto Ibérico», Tratado de Amizade e Não-Agressão, em Março de 1939 seria o reconhecimento escrito da prática de entrega de suspeitos de simpatias republicanas, em plena fronteira, por parte das forças de segurança portuguesas. Contudo, as relações de vizinhança mantiveram-se, e encobriam ou integrariam mesmo, redes de evacuação e passagem clandestina, como a que serviria ao Partido Comunista Português, então clandestino. Após o tratado de 1864, a perceção do espaço por parte dos habitantes da fronteira não era idêntica à que ficará plasmada nos mapas militares, havendo que esperar várias décadas para que se tornasse localmente mais efetiva a presença dos Estados.

Conquanto tivesse havido resistência, o regime franquista implantara-se na Galiza nos primeiros dias após o Alzamiento. Finadas as esperanças, os que fugiam eram alvo de uma implacável perseguição e subsequente repressão, atenuada pelas redes de vizinhança tecidas longamente nos locais de fronteira e em que os momentos de festa forneciam uma ocasião insuspeita para transitar. Coube aos golpistas a responsabilidade pelo terror subsequente, com perseguições, ajustes de contas e assassínios

⁴⁴ Paula GODINHO: «*Ois o galo cantar dúas veces*»..., *op. cit.*

⁴⁵ Teresa da Conceição, comerciante em Chaves, nascida em 1926, Vilarelho da Raia, entrevista de 2003.

perpetrados sobre os seguidores do regime republicano, desde os primeiros dias da sublevação. Em Outubro de 1936, nas zonas onde se implantara, o novo regime espanhol tinha eliminado as atividades políticas e sindicais. A Falange tornar-se-ia numa força importante no recrutamento para diversos lugares no novo aparelho de Estado, tendo sido preparadas as condições para a liderança do futuro partido único, num decreto promulgado por Franco em 19 de Abril de 1937. O Movimento Nacional resultava da fusão dos dois partidos fascistas, a Falange Española Tradicionalista (FET) e as Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista (JONS)⁴⁶. A dose de violência nos combates de rua fica bem expressa na frase do dirigente ourensano Jésua Suevos: «La Falange se va abriendo paso con la sonrisa en los labios y el dedo en el gatillo»⁴⁷. Após o Alzamiento, devido ao seu crescimento, instala-se na Casa del Pueblo em Ourense, como sucederá em todas as cidades galegas. A lei de 29 de setembro de 1939 dar-lhe-ia o património dos antigos sindicatos anarquistas e marxistas⁴⁸.

O regime franquista disseminava os sequazes por todos os povoados, numa dinâmica tentacular que visava controlar todas as parcelas do território. A Falange tenta implantar-se através da conquista de alguns indivíduos mais permeáveis e pela distribuição de propaganda em romarias e festas, onde se juntavam pessoas provenientes das aldeias. A pressão da Falange sobre as populações rurais, e sobre os elementos das outras forças militares ou militarizadas, permite compreender uma parte do ocorrido em Julho de 1939 em Vilarelho. Rabal teria três elementos da Falange destacados, que se acolhiam em casas particulares, havendo um quartel com quatro carabineiros⁴⁹.

A preocupação de controlo de movimentos dos indivíduos na Espanha franquista assumia formas desusadas nas regiões de fronteira, devidas à possibilidade acrescida de aí ser ludibriado o poder central. As autorizações e os salvo-condutos existiam para o transporte das mais pequenas coisas em curtas distâncias. Agravavam-se nas zonas fronteiriças, ainda mais vigiadas nos anos que seguiram ao final da guerra. A repressão dependia parcialmente da arbitrariedade dos agentes, o que tornava a perceção do risco mais corrente e constante, pois as punições não eram utilizadas de forma sistemática, mas como exemplo. A vida quotidiana afundava-se numa grande insegurança, com uma cultura do medo, prolongada no tempo, pois grande parte dela mergulhava na ilegalidade do *estraperlo*⁵⁰.

Do lado português, depois da implantação da ditadura, em 1926, os anos '30 servirão ao reforço do Estado Novo, também através de uma estrutura que se torna

⁴⁶ Na conjuntura da guerra civil, surge em Verín um jornal associado à Falange, *España Nueva – Todo por la patria y nada contra la Nación*. Por entre citações de José Antonio Primo de Rivera, que fizera a sua primeira visita à Galiza em 1924 e aí retornara em 1930, vai salientar, no seu número 6, de 2 de outubro de 1936, a sorte dos galegos, por comparação com os de outros lugares. Vid. C. FERNÁNDEZ SANTANDER: *Alzamiento y Guerra Civil en Galicia (1936-1939)*, vol. I, A Coruña, Castro, 2000, p. 37.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 39.

⁴⁸ Julián CASANOVA: «Una dictadura de cuarenta años», em *IDEM* (coord.): *Morir, matar, sobrevivir*, Barcelona, Crítica, 2002, p. 15.

⁴⁹ L.C. MARTINS, S.L. MENDONÇA e M. de C. MIRANDA: «Santiago manchado de sange (na fronteira de Vilarelho)», em *Relatório do Projecto Descobre a tua Terra*, Vilarelho da Raia, Instituto Português da Juventude, 1995.

⁵⁰ Susana NAROTZKY y Gavin SMITH: *Immediate Struggles – People, Power and Place in Rural Spain*, Berkeley, University California Press, 2006, pp. 206-207.

tentacular. Os acontecimentos de Vilarelho da Raia surgirão de forma velada nos jornais sujeitos a censura. N' *O Comércio de Chaves* de 27 de Julho de 1939, surgiu uma pequena notícia, intitulada «Grave desordem em Vilarelho da Raia», referindo «o grave conflito na aldeia de que resultam a morte de António de Amorim, de 22 anos, e em que ficaram feridos João Daira d'Amorim, solteiro, de 39 anos, Augusto José Ribeiro Martins, solteiro, de 21 anos e Sebastião Calvão, solteiro, de 31 anos», adiantando que os três últimos se encontravam hospitalizados em Chaves. No artigo não é feita qualquer referência ao morto espanhol, assim como não se explica a razão do conflito.

No Arquivo da Brigada Fiscal da GNR, no Porto, no *Livro de Registo de Entrada de Correspondência Confidencial* são várias as referências a este acontecimento, mais intuídas que explícitas. Assim, um documento confidencial de 28 de Julho de 1939 «Confirma o telegrama cifrado q. se refere a um conflito grave em Vilarelho, quando dum baile, entre civis portugueses e carabineiros e soldados espanhóis tendo havido mortos e feridos». Em 3 de agosto de 1939, «Diz que fica interdita a entrada de espanhóis pela fronteira do distrito de Vila Real a não ser pelo posto habilitado de Vila Verde e quando devidamente documentados, mesmo nos casos costumados de arraiais e festas nas povoações fronteiriças».

A instabilidade da raia, devido às movimentações de tropas espanholas que entravam no território português, levou à exigência de que todas as comunicações feitas acerca do assunto fossem centralizadas. Em 28 de Agosto refere-se uma correspondência confidencial referente à fronteira do rio Minho, que alerta para uma perturbação de geopolítica que transcende o âmbito local: temia-se que Inglaterra movesse guerra à Alemanha, sendo então Portugal invadido pela Espanha, com a finalidade de fechar os portos portugueses aos aliados ingleses. Também se lê uma referência à presença de tropas junto da fronteira, aventando quatro possíveis explicações para assim ser: as facilidades de alimentação; a reparação de quartéis; a prevenção de uma invasão devido à aliança entre Portugal e a Inglaterra; a invasão da fronteira portuguesa, em simultâneo com Gibraltar. No mesmo sentido ia uma notícia inserida no *Faro de Vigo*, informando da chegada de tropas às povoações fronteiriças espanholas no dia 3 de Setembro de 1939. Provocou também receio o almoço feito em Bragança por cinco militares espanhóis, sujeitos a um «interrogatório discreto» sobre as respetivas unidades e onde se aquartelavam. A 4ª Companhia, que corresponde à zona da raia seca a que nos reportamos, continuará a informar acerca dos movimentos de tropas espanholas na raia, bem como quanto à mobilização e convocação das mesmas.

O inspetor delegado da PVDE –a polícia política da ditadura portuguesa– em Chaves, Luís Borges Júnior, que concentrava em si importantes posições em diversos organismos do regime, no dia 1 de Agosto de 1939, tece algumas considerações sobre o assunto, salientando outros casos idênticos perto da fronteira nos últimos tempos, «onde os carabineiros se julgam dónos de tudo e matam portugueses com a maior das facilidades»⁵¹. Poderia estar a referir-se a duas mulheres alvejadas a tiro em Vinhais em 4 de Abril de 1939, morrendo uma delas ou a um outro assassinato, comunicado

⁵¹ Arq. Ministro Interior, maço 504, caixa 62.

pelo delegado da PVDE de Vinhais, comunicados às autoridades espanholas, que não haviam punido os responsáveis: «Hoje mesmo chegou o informe de que, a propósito do ocorrido em Vilarelho da Raia, um senhor oficial de carabineiros lamentara em Rabal que tivesse sido morto um só português»⁵².

Reportando-se a outros idênticos conflitos anteriores, atribuía o ocorrido «Em primeiro lugar (*sic*) ao fundo cruel da raça e à má vontade contra nós. Em seguida à vingança que esses carabineiros, todos ou quasi todos vermelhos que não tiveram a coragem de se dizerem vermelhos, pretendem tirar dum povo que ajudou Franco. Depois, a impunidade que têm gosado sempre». Notava que a vontade de evitar contendas «do nosso lado» era interpretada como manifestação de fraqueza, e propugnava o reforço da GNR, com a criação de um posto em Vilela Seca, a 11 km de Chaves, já que a Guarda Fiscal lhe parecia débil quanto à ordem pública: «A gente raiana, dedicada ao contrabando, é ousada e naturalmente pouco ordeira. Já se sabe que não pode ver os carabineiros, da mesma forma que os do lado de lá não gostam da nossa guarda-fiscal. Esta não tem funções de ordem pública e por isso são frequentíssimas as desordens em povoações onde ha postos da Guarda Fiscal sem que esta intervenha para as evitar ou reprimir. Nessas desordens entram sempre espanhóis e portugueses que assim vão aumentando o seu ódio mútuo».

Em 2 de março de 1940, uma nota do *Livro de Registo de Entrada de Correspondência Confidencial* da Guarda Fiscal «Comunica que em povoações espanholas fronteiriças se encontram tropas espanholas que segundo consta se destinam a proteger os povos contra os assaltos das quadrilhas comunistas». Na nota seguinte, na mesma data «Comunica que a Embaixada de Espanha informa que refugiados espanhóis continuam a cometer roubos á mão armada em território espanhol internando-se depois em Portugal, pelo que pede que seja intensificada a vigilância na fronteira».

Em Espanha era então imposto um duro aparelho legal repressivo. Em Fevereiro de 1939 o regime franquista fizera sair a designada *Lei das Responsabilidades Políticas*, que convertia qualquer apoio à República num crime punido retroativamente. Esta lei, aplicada a crimes ocorridos quando ainda não existia, destinava-se inicialmente a abranger os mineiros asturianos que se haviam rebelado em 1934 e seria a base para toda a repressão política que se seguiria ao final da guerra civil. Na linha de fronteira em que foi realizado este trabalho de campo recorda-se com especial ressentimento o *Salvoducto Especial para Desplazarse a la Zona de Frontera*, que se manteria de 1941 até 1955. Mas esta exigência fora antecedida em 1940 pela *Ley para reprimir la Masoneria y el comunismo* e em 1941 pela *Ley de Seguridad del Estado*. Já em 1947 saíria a *Ley para repressión del bandidaje y el terrorismo*, depois das primeiras greves com reivindicações estritamente salariais na Catalunha e no País Basco, a seguir ao final da guerra⁵³.

No centro de processos que transcendiam o ocorrido, a leitura dos acontecimentos de julho de 1939 em Vilarelho da Raia diverge na polifonia das vozes que correspondem a diversos lugares, seja na comunidade local, seja fora dela. A inserção dos

⁵² Arquivo do Ministro do Interior, 1939, livro nº 74, fl. 181.

⁵³ Susana NAROTZKY y Gavin SMITH: *Immediate Struggles...*, op. cit., p. 225.

diferendos locais num contexto translocal, recorrendo eventualmente à própria linguagem central, ressalta na designação feita dos adversários pela sua nacionalidade, seja como «galegos» seja como «espanhóis», ainda que se trate de vizinhos com quem se vive a escassas centenas de metros e com os quais se mantêm relações de parentesco. Os relatos orais, quando incorporados, dão aos acontecimentos uma textura que os distancia de uma visão mais superficial, sonogando alimento a uma visão centralista e chauvinista na linha de fronteira. Como lembra Anastasia Karakidou no seu trabalho sobre a Macedónia, também aqui a etnografia escreve contra o nacionalismo, ao desafiar as dimensões pelas quais a ideologia nacional e os representantes locais dos Estados português e espanhol impõem as suas construções sobre o presente e sobre o passado⁵⁴. Neste processo, são minimizadas as diferenças entre os membros da mesma categoria e são exageradas as características que dividem as nacionalidades.

5. ESCALAS DA REALIDADE E UNIDADE DE PESQUISA ABERTA

No verão de 2001, quando me encontrava em trabalho de campo em Vilarelho da Raia, fui visitar uma pessoa que se encontrava no lar de 3ª idade. Enquanto conversávamos, uma senhora demente, num estado profundamente alterado, gritava e gesticulava com uma energia aparentemente incompreensível no seu corpo frágil. Explicaram-me outros residentes que o gesto enérgico que fazia com o braço era «por causa daquilo do Crendes», o nome por que era conhecido o carabineiro morto. Por essa razão me debrucei nos tempos seguintes sobre este assunto. Os efeitos de um acontecimento não cessam no momento em que ocorre, projetando-se por vezes longamente nas vidas dos atingidos.

Pelas características específicas de que se reveste, várias foram as escalas que tiveram de ser convocadas para a análise, que remetem para uma etnografia mais lata, ou mais afunilada e «concreta», em resultado dos dados intensivos de terreno em várias aldeias da raia. Como demonstrou Johannes Fabian, a escrita etnográfica no presente mascara as contradições, as ruturas, os golpes na vida social e sublinha, em retorno, por uma espécie de depuração do real, tudo o que tem um carácter normativo⁵⁵. Segundo a proposta de Alban Bensa, a antropologia não pode prolongar a indistinção entre o atual e o antigo, o singular e o geral, o conjuntural e o estrutural, já que as sociedades não têm a estabilidade das pedras⁵⁶. Inscrevem-se num tempo próprio e devem ser apreendidas como processos, como presenças do passado no presente, que o torna prolongável no futuro, entendido como um campo finito de possíveis.

Nos estudos acerca de fronteiras são recorrentes dois tipos de interrogações teórico-metodológicas. Umas centram-se na possibilidade de abordar realidades locais e processos mundiais em simultâneo, as outras interpelam as articulações entre a macro-perspectiva, a etnografia local, a observação participante, as histórias de vida.

⁵⁴ Anastasai N. KARAKSIDOU: *Fields of Wheat, hills of Blood*, Chicago, University of Chicago Press, 1997.

⁵⁵ Johannes FABIAN: *Time and the Other*, New York, Columbia University Press, 1983.

⁵⁶ Alban BENSA: *La fin des exotismes...*, *op. cit.*

No caso europeu, Bjorn Thomassen lembra que qualquer estudo de limites sugere uma unidade aberta de pesquisa, com os Estados e as sociedades locais manipulando ou influenciando processos de grande escala, o que exige uma combinação de métodos diversificados⁵⁷.

A fronteira tanto liga como separa e, se pode ser olhada como uma barreira, também a vemos transcendida pelas redes de sociabilidade que servem de sustentação às culturas de orla. Os amigos e «os amigos dos amigos», para retomar o título da obra de Jeremy Boissevain, as relações inatas e aquelas em que cada indivíduo se torna empreendedor, dilatando nuns sentidos e não noutros a sua rede e estabelecendo coligações, conferem abertura a qualquer unidade de pesquisa estabelecida sobre a fronteira⁵⁸. Nas escalas para pensar fenómenos de natureza política como os que estão subjacentes às identificações fronteiriças, convém ter presente a simultaneidade local e translocal dos fenómenos⁵⁹. As unidades de análise, dilatadas e abertas, podem plasmar-se sobre os campos sociais, ainda que passíveis de segmentação por comodidade heurística, atendendo à diferenciação dos grupos no interior de uma sociedade.

⁵⁷ Bjorn THOMASSEN: «Border Studiens in Europe...», *op. cit.*

⁵⁸ Jeremy BOISSEVAIN: *Friends of friends*, Oxford, Basil Blackwell, 1974.

⁵⁹ Henrietta MOORE: «The changin natural of anthropoligical knowledge», em IDEM (ed.): *The Future of Anthropological Knowledge*, London, Routledge, 1996, p. 10.